

«ESTA SERÁ UMA CAMPANHA TERRÍVEL EM TERMOS DE PRODUÇÃO»

José Palha, presidente da Direcção da Associação Nacional de Produtores de Proteaginosas, Oleaginosas e Cereais (ANPOC), relata uma campanha «terrível» nos cereais praganosos, em sequeiro e em regadio, devido ao clima. Além da campanha, nesta entrevista fala-se da Estratégia, da ajuda ligada, da água e da comercialização, entre outros temas.

Carlos Afonso



Nas versões mais recentes das “Previsões Agrícolas”, o Instituto Nacional de Estatística indicava, para os cereais praganosos, «diminuição de área» por «dificuldades de instalação» e que «a campanha cerealífera de Outono/Inverno deverá ser das piores, devido à seca». Qual é a perspectiva para esta campanha, em termos de área, produção e qualidade?

As previsões do INE estão absolutamente correctas. A época óptima de instalação destas culturas, especialmente de trigo mole e trigo duro, para a maior parte das variedades que são plantadas em Portugal, é entre 15 de Novembro e 15 de Dezembro. Em 2022, neste período, tivemos chuvas ab-

solutamente recorde em várias regiões do país, com quantidades de precipitação superiores a 150 milímetros por metro quadrado em poucos dias. No caso das que conseguiram ser semeadas antes da chuva, afectou imediatamente o seu desenvolvimento, porque as plantas tiveram alguma dificuldade para continuar a crescer. Nas que não tinham sido instaladas, teve de se adiar a instalação para princípios de Janeiro. E, de Janeiro até agora, não choveu rigorosamente mais nada. Por isso, no sequeiro estamos a falar de perdas totais: uma perda de 100%. Muitas das plantas nem sequer chegaram a nascer e as que nasceram não cresceram e nem sequer chegaram ao espigamento. Também foram afectadas as culturas nas parce-

las que tinham a possibilidade de ser regadas: mesmo com o uso da água, tivemos temperaturas altíssimas em Abril – tivemos vários dias acima de 35 graus e sem chuva, só com a água da rega. A água da rega não foi suficiente para compensar os efeitos dessas ondas de calor, na altura do enchimento do grão. Por isso, esta será uma campanha terrível em termos de produção. Em termos de qualidade, posso dar um exemplo. No trigo duro, em que um dos factores mais importantes é a vitreosidade do grão, que é afectada pela chuva, em cima disto tudo tivemos as trovoadas em Maio, em muitas zonas, o que afectou brutalmente a vitreosidade do grão, com a maior parte das searas de trigo duro a apresentar muito pouca qualidade a este nível. Face a isto, este é um ano trágico, quer para o sequeiro quer para o regadio, em vários tipos de culturas, devido exactamente aos fenómenos climáticos que tivemos: inicialmente, excesso de água, depois seca, depois as ondas de calor e depois esta chuva já na Primavera. E tudo isto veio impactar negativamente estas culturas.

Ainda é muito cedo para falar dos números totais da campanha? Conseguir quantificar esta perda?

Pelas nossas informações, a área de sequeiro rondará os 25.000 hectares em que tivemos uma perda total. São 25.000 hectares que não irão produzir nada. Em relação ao regadio, ainda estamos em colheitas, pelo que será talvez ainda um pouco cedo para percebermos exactamente quais foram os impactos na produção. Mas é muito expectável que a produção seja inferior, mesmo naquelas parcelas que foram regadas e em que se esperava que não tivesse um impacto tão grande.

Nesta campanha, como tem sido o impacto dos custos, que foi muito pesado na campanha anterior? E os apoios que foram sendo anunciados ajudaram alguma coisa?

Em termos de fertilizantes, temos vindo a assistir a um abaixamento dos preços. Infelizmente, na altura em que as culturas foram semeadas, esse abaixamento não se notava tanto como se nota agora. Mas nas coberturas já sim. E em termos da energia tivemos um valor bastante inferior, quer nos combustíveis quer na electricidade. De maneira que tivemos aqui alguma ajuda por essa via do abaixamento dos custos de produção, que não foi a loucura da campanha anterior. De qualquer forma, foram mais altos do que era normal, pelo que estas ajudas que estamos agora a receber, enfim, são sempre bem vindas. Mas, na maior parte dos casos, não esperamos que venham colmatar totalmente o impacto negativo que vai haver nas contas das explorações.

Os preços que foram negociados vão permitir a valorização da produção ou seria necessário haver algum ajuste por parte dos vossos clientes?

Não é muito fácil conseguirmos repercutir, porque competimos com o mercado mundial. Apesar de os clientes que compram os nossos Cereais do Alentejo quererem manter totalmente o projecto e apostarem na produção nacional, até

pelas vantagens que lhe reconhecem, nunca podemos fazer repercutir totalmente se tivermos uns custos de produção muito diferentes do mercado mundial. O mercado mundial é sempre, mais ou menos, a bitola a partir da qual iniciamos a negociação. De qualquer forma, estamos neste momento num processo de fechar o preço para a campanha seguinte e esperamos que, de alguma forma, o preço seja bastante acima do preço mundial que se previa há uma semana. Mas entretanto, com o anúncio do Governo russo de que não havia acordo de exportação de cereais, hoje as bolsas reagiram imediatamente. Uma coisa é verdade hoje, amanhã será mentira e o contrário também. Tentamos acertar o preço com base no mercado mundial, procurando, de alguma forma, cobrir os custos de produção dos agricultores. E temos tido sucesso nessa negociação com os nossos principais clientes. Enfim, a perspectiva não é muito má nesse aspecto.

A água continua a ser um tema incontornável. Quanto à decisão política sobre este tema, mudou alguma coisa ou a situação mantém-se igual?

Acho que obrigatoriamente muda. Portugal é um país mediterrânico e temos visto, ano após ano, os efeitos das alterações climáticas nos países do sul da Europa. Portugal, o sul de Espanha, uma parte de Itália e a Grécia estão a ser afectados constantemente, ano após ano. O que nos afecta mais são os fenómenos extremos. Temos tido fenómenos extremos de chuva, de temperatura, de seca. E por isso é muito importante que o Governo olhe para a questão da água, especialmente a sul do Mondego – ou a sul do Tejo –, de uma maneira integrada, porque há imensos estudos que dizem que Portugal aproveita apenas 10% das escorrências totais. Isto é, 90% da água que chove no país perde-se para o mar. Daí a importância de aumentar o armazenamento e prepa-



rar o país para as próximas décadas. Imaginemos, como um absurdo, o que seria da região de Beja e do Alentejo se não tivéssemos o Alqueva. Não havia economia, não havia produção de alimentos e provavelmente nem havia pessoas. Vimos como é que uma obra estrutural, que esperou quase 40 anos até haver a decisão de ser construída, veio, de facto, mudar e ter um impacto brutal naquela região. E se existe qualquer tipo de actividade humana naquela região, muito se deve ao Alqueva. Acho que é completamente óbvio que o armazenamento da água é fundamental. Também a dessalinização, nas zonas onde é possível. E, se calhar, olharmos também para a questão dos transvases – que é trazer água do norte para o sul do país. Está estudado desde a década de 50 do século passado, mas continua a haver alguma renitência por parte de muitas cabeças pensantes deste país contra isso. Acho que temos de olhar para essa alternativa de frente, medir, orçamentar, ver os prós e os contras e trazer água do norte para o sul do país. Temos algumas boas notícias nesta área. Temos o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo: a primeira proposta foi aprovada pelo Conselho de Ministros há cerca de duas semanas e prevê uma série grande de obras e de alterações nas infraestruturas que já existem, com um orçamento de cerca de mil milhões de euros – achamos que é absolutamente importante e fundamental. Temos também o Livro Branco do Regadio, que será apresentado no curto prazo, para identificar tudo o que é fundamental e necessário resolver nos próximos anos em Portugal – e têm sido ouvidas todas as regiões. Temos também agora a boa notícia de que quem quiser fazer uma charca não necessita sequer de autorização da Agência Portuguesa do Ambiente, o que vem facilitar bastante este tipo de obras, que não são assim tão grandes. Tem havido sinais positivos por parte do Governo e da tutela nesse sentido. E esperamos que, de facto, as coisas aconteçam, a bem do país e da nossa sobrevivência enquanto estado independente.



A medida da ajuda ligada que está prevista no PEPAC [Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal 2023-2027] já está em vigor?

A medida está em vigor. Quer dizer, neste momento estamos numa situação um bocado complicada de implementação do PEPAC. As candidaturas estão atrasadas e vão ser prolongadas até 31 de Julho. Acredito que a 31 de Julho estará tudo mais ou menos resolvido. Mas, de facto, foi um péssimo ano para começar a ajuda ligada, porque uma das suas premissas é uma produtividade mínima por hectare. E estamos a assistir a que muitas destas parcelas não irão cumprir a produtividade mínima por hectare, pelo que ficarão fora da ajuda ligada. Já falámos com a senhora ministra sobre a matéria. O que temos falado com o Ministério é que seria criada uma ajuda com um valor semelhante ao da ajuda ligada para quem não cumpra a produtividade mínima – isto é, não seria a ajuda ligada, para não ter que se estar a fazer alterações na forma como a ajuda está pensada e como foi aprovada na União Europeia. Temos grandes expectativas sobre isso, até porque foi aprovado há poucos dias em Conselho de Ministros europeu um pacote de ajudas para os países que foram afectados pelas alterações climáticas – para Portugal, poderá chegar a 35 milhões de euros. Isso seria para apoiar os sectores que foram mais afectados: os cereais de Outono/Inverno, a pecuária extensiva, a cereja do Fundão (devido ao granizo) e algumas zonas de vinha onde a produção ficou completamente afectada por causa do granizo. Seriam estes os quatro sectores apoiados por esse montante. Ainda não temos a garantia de qual é que será a ajuda que vamos receber, mas estamos expectantes de que iremos receber aquilo que tínhamos pedido.

As negociações entre ANPOC, Anpromis e Ministério no âmbito da Comissão de Acompanhamento da Estratégia já foram retomadas e decorrem de forma satisfatória? Tem havido avanços na efectivação da Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais? Que medidas falta implementar e porquê?

A Estratégia previa 17 medidas. Muitas dependiam só da produção, outras dependiam da tutela. A marca Cereais do Alentejo era uma dessas medidas e já está implementada. A criação de uma interprofissional para o sector dos cereais: estamos a trabalhar nisso; não tem sido muito fácil pôr toda a gente de acordo, nomeadamente a indústria, nesta implementação; as negociações estão a decorrer bem, estamos a limar todas as arestas e acreditamos que a interprofissional será uma realidade no futuro próximo. A ajuda ligada era uma das medidas bandeira desta Estratégia e já está em vigor. Temos a questão das autorizações para as charcas e barragens. No caso das charcas, já está ultrapassado. Esperemos que na parte das barragens também seja, de alguma forma. Estamos a trabalhar nisso com o Ministério e com a Agência Portuguesa do Ambiente. Depois temos outras que, em bom rigor, pouco têm evoluído, como, por exemplo, a energia. Isto é um trabalho em curso. No último ano, se calhar, avançámos

Fazemos,
porque cuidamos.

Por isso,
desenvolvemos
um portfólio
equilibrado.

As nossas soluções respondem aos desafios da agricultura atual, através de um portfólio que combina soluções convencionais com produtos de bio proteção. Com mais de 180 formulações ativas e 800 registos de produtos, estamos constantemente à procura de soluções que otimizem o rendimento das culturas e que sejam ajustadas às necessidades de cada mercado.

Este é o nosso compromisso para com a agricultura e a sociedade em geral - garantir a segurança, saúde e disponibilidade alimentar para todos, a proteção ambiental e a preservação da biodiversidade.

É isto que fazemos: Cuidamos das Plantas, das Pessoas e do Planeta.



com muitas das medidas. Queremos implementar a Estratégia em pleno e estamos a trabalhar nisso.

A relação com o Ministério, que já teve períodos complicados, decorre em boas condições?

A relação que temos com o Ministério, em termos de sector agrícola, neste momento não é boa. Temos visto a contestação e ainda esta semana vimos um comunicado das quatro confederações a exigir à senhora ministra que resolva o problema das candidaturas. As relações têm sido muito tensas. De qualquer forma, acho que temos sempre de trabalhar em prol do nosso sector, dos nossos agricultores. De maneira que não temos, de forma alguma, a porta fechada com o Ministério. Continuamos a trabalhar com o Ministério nas questões técnicas que têm mesmo de ser trabalhadas e temos algum empenho, digo eu, da parte da senhora ministra, nas medidas de que acabámos de falar. Portanto, a relação já esteve melhor, mas já esteve francamente pior do que aquilo que está agora.

Foi anunciado recentemente que a marca Cereais do Alentejo passa a abranger também oleaginosas e proteaginosas. Vai acontecer já nesta campanha? E que tipo de produtos envolve?

Temos vindo a assistir a uma série de tendências na Europa e neste mercado. Existe, por parte do consumidor e também da indústria e da distribuição, cada vez mais uma procura por produtos que sejam produzidos de forma sustentável – por exemplo, a questão da pegada carbónica do transporte... E temos, por parte da distribuição, uma procura por grão-de-bico. Isto começou exactamente pelo grão-de-bico. Estamos a trabalhar com algumas variedades, para começarmos com grão-de-bico seco. Depois, talvez grão-de-bico transformado. É uma coisa que está no princípio, mas que está a fazer o seu caminho. Este produto tem qualidade reconhecida, é totalmente rastreado, é produzido com as melhores práticas agrícolas e ambientais: são adjectivos que o consumidor cada vez mais procura. E tentamos colmatar essa falha no merca-

do. Não havia nenhuma certificação, digamos, na produção, sobre este tipo de produtos: oleaginosas e proteaginosas. De maneira que vamos começar com o grão-de-bico. Poderá seguir-se, eventualmente, a ervilha. Estamos a trabalhar em várias frentes, sendo que a do grão-de-bico é a que está mais avançada. Não será em 2023. Acreditamos que em 2024 já será possível.

Em Setembro de 2022, realizaram a 1.ª Jornada dos Cereais do Norte, em Trás-os-Montes. Que resultados isso trouxe? Esse trabalho a norte terá continuidade?

Esta região do país, nomeadamente o distrito de Bragança, já foi grande produtora de cereais. Entretanto, por questões do mercado – muito por causa do preço – e por haver zonas de pouca produtividade, acabaram por abandonar estas culturas. Entretanto, com as novas tendências de mercado, procuram-se produtos mais tradicionais: fica imediatamente à cabeça o trigo barbela – há uma procura cada vez maior –, mas também o centeio – é uma cultura muito produzida naquela região. Há muita procura por esses dois produtos no grande consumo, por isso, quisemos ir àquela região e mostrar aos nossos colegas agricultores que pode ser interessante voltar a produzir este tipo de culturas. Não acreditamos que alguma vez aquela região volte a produzir o que produzia há 40 ou 50 anos, mas acreditamos que pode ser uma alternativa ao abandono. Uma coisa que preconizamos é que em muitas zonas do país não existe alternativa cultural ao abandono e o pior que pode acontecer é um país abandonado. O que tentamos é criar condições para que seja interessante, a nível económico, o agricultor voltar a produzir ou continuar a produzir cereais. Por isso, temos feito todo este caminho, de insistir na ajuda ligada, de tentar valorizar a produção nacional, de encontrar produtos que sejam valorizados pelo consumidor e que sejam menos produzidos, como o centeio. Em Trás-os-Montes, tivemos casa cheia: cerca de 300 pessoas a assistir à sessão durante o dia todo. Essencialmente, mostrámos estes caminhos, mostrámos o trabalho que tem sido feito no Alentejo. No fundo, foi semear e esperar que a planta cresça, usando uma metáfora agrícola. E, de facto, tem havido interesse. Já tivemos contactos, logo no início desta campanha, de produtores daquela região, que tinham dúvidas acerca de variedades. Estamos agora também a fazer uma candidatura com associações regionais a um projecto Life, com o objectivo de se constituir uma organização de produtores naquela zona. Existe vontade para que isso aconteça por parte daqueles produtores. E estamos a ajudar os produtores locais em tudo o que nos é possível enquanto associação nacional representativa deste sector, para que esta fileira seja também dinamizada naquela região.

Na Feira Nacional de Agricultura, uma responsável da Sonae referiu o trabalho que estavam a fazer com os Cereais do Alentejo e depois afirmou que estavam a trabalhar para fazer o mesmo com os cereais de Trás-os-Montes. Trata-se de um projecto isolado?

Não. Estamos a trabalhar completamente de mãos dadas com a Sonae, especialmente com o Clube de Produtores Continente. Há um projecto comum. Aliado a esse projecto, existe também uma iniciativa paralela, que envolve, além do Clube de Produtores, associações ambientalistas daquela região, porque a águia-caçadeira, que nidifica exactamente no meio das searas de cereais, está em extinção e é uma espécie ameaçada na Europa. Se não houver cereais semeados, a águia não nidifica. Existe a preocupação e a grande vontade de incentivar a produção de cereais, não só para a valorização do produto regional – e para aumentar a produção de cereais –, mas também por esta questão ambiental e de biodiversidade, que é a manutenção da águia-caçadeira. Por isso, temos trabalhado muito em conjunto com várias organizações regionais em Trás-os-Montes, que não são directamente ligadas à produção, mas que são actividades conexas.

A nível de comercialização, trabalham com clientes estrangeiros?

Não. Neste momento, os nossos clientes são, essencialmente, a Sonae, a Auchan, a Cerealis (que é a fábrica das massas Nacional) e a Central de Cervejas (a Cerveja Sagres tem a cerveja Boémia Pilsener, que é feita com Cereais do Alentejo). Neste momento, no portefólio de produtos com Cereais do Alentejo, temos o pão da Sonae, temos duas referências de farinha em sacos de quilo nos supermercados da Sonae, temos o pão

da Auchan, temos quatro referências diferentes de massas da marca Nacional e temos a cerveja Boémia Pilsener. Tudo marcas nacionais.

Em relação aos seguros agrícolas, tendo em vista tudo o que tem acontecido, considera que estão adequados para os cereais? Há questões a rever em termos de culturas, de coberturas e de custos?

Em relação aos seguros agrícolas, claramente que sim. Tem de haver vontade para mudar e para adequar a oferta às necessidades, porque cada vez é mais difícil e o seguro é uma ferramenta absolutamente fundamental. Há muito caminho ainda por fazer.

Quais é que são as metas de produção para a próxima campanha? O objectivo que tinham estabelecido para esta campanha era 8.000 toneladas. Este ano pode ficar aquém, mas pretendem continuar a tentar atingir este objectivo?

Sim. O nosso objectivo é mantermos os contratos que temos actualmente em vigor. Talvez seja mais difícil de fazer as 8.000 toneladas este ano, mas, como disse, as ceifas ainda estão a decorrer e temos a expectativa de não ficar muito aquém desse número. É talvez ainda um pouco prematuro dizermos já que não vamos conseguir. Acredito que, se não chegarmos às 8.000 toneladas, não deverá andar muito longe. ●



Somos especialistas em armazenamento reefer

- Armazenamento com temperatura controlada (de 0°C a 18°C / 0°C a -22°C)
- Armazém com 3.000 m², dos quais 2.000 m² dedicados a carga refrigerada
- Autorização aduaneira à exportação e Importação (Entrepasto Aduaneiro)
- Controlo veterinário

Excellence in Maritime and Logistics Services

Estrada da Quinta dos Conegos 2580-465 Carregado (Portugal)

M +351 91 887 18 80 - reeferptlis@marmedsa.com

www.noatummaritime.com

